


O encontro das antropologias do meio ambiente e dos desastres no Brasil

May Waddington Telles Ribeiro¹ 

Introdução

Enquanto a antropologia dos desastres se constitui hoje como um campo conceitualmente bem definido, a ideia de uma antropologia do meio ambiente apresenta-se como um oxímoro dentro do qual termos irreconciliáveis travam uma verdadeira luta de titãs entre o conceito de uma “ciência do Homem” que rejeita naturalizações dos fenômenos sociais e as considerações sobre o “mundo da *physis*”, objeto fulcral de variadas e sempre problemáticas disputas.¹

O antropólogo Henyo Trindade Barretto Filho (2012a, p. 104-106; 2012b, p. 346-355) examina como a ciência ocidental adota definições diferentes para a natureza baseado em sua posição externa ou interna em relação ao ser humano, de acordo com abordagens materialistas ou simbólicas, até que, paulatinamente, uma terceira definição de natureza como representação socialmen-

te construída se estabelece entre as ciências humanas. O autor ressalta que mesmo nessa terceira vertente, pautada no relativismo cultural que reconhece a diversidade e rejeita universalizações, o dualismo entre natureza e cultura persiste até surgirem novas perspectivas “monistas e integrativas”, que tentam focar processos e relações, percebendo a natureza como “artefato produzido pela(s) sociedade(s) sujeitas às leis do mercado”.

A vastidão do campo da antropologia do meio ambiente é proporcional, então, à tensão entre os termos cultura e *physis*. Este artigo contém uma reflexão sobre se uma “antropologia do meio ambiente” de fato existe, examinando como esta é definida pelos recortes escolhidos por diferentes grupos de antropólogos para tratar como objetos de pesquisa os problemas multifacetados que foram postos pela questão ecológica à civilização ocidental a partir da década de 1960.²

- 1 As tentativas iniciais de enquadramento da realidade física na antropologia materialista histórica de Leslie White e Julian Stewart depararam-se com os grandes voos conceituais do estruturalismo, que rejeitava a ideia de “adaptação cultural” por meio de uma relação processual de grupos com o local/ambiente. Veremos, na terceira parte deste artigo, como alguns desses preceitos da ecologia cultural de Stewart são retomados na antropologia do desastre.
- 2 O alarme inicial provocado por cientistas sobre o aquecimento global (Clube de Roma) e a poluição (Rachel Carlson) ajudou a conclamar uma reunião da Organização das Nações Unidas (ONU) voltada para a questão, em Estocolmo, em 1972. Ao longo das décadas seguintes, vimos os Estados criarem instituições e departamentos específicos, assinarem convenções e estabelecerem leis para controlar danos causados pelo desenvolvimento industrial. O crescimento da participação da sociedade civil (anos 1980) estimulou a entrada de empreendimentos de mercado na discussão (anos 1990) até o início de um esmorecimento do debate internacional e o ressurgimento do ideário desenvolvimentista mediante a ordem política conservadora e bélica que se estabeleceu com a Guerra do Iraque após o ataque às torres gêmeas nos Estados Unidos, em 11 de setembro de 2001.

¹ Programa de Pós-Graduação em Estado e Sociedade, Universidade Federal do Sul da Bahia – Itabuna (BA), Brasil.

E-mail: may.waddington@gmail.com

Recebido em: 30/04/2019. Aprovado em: 13/11/2019.

Examina também a forma como diferentes grupos sediados em programas de pós-graduação e associações acadêmicas reconfiguraram seu instrumental teórico e conceitual diante de tais recortes, alguns apresentando a intenção de estabelecer subdisciplinas enquanto outros, inversamente, aprofundam os questionamentos teórico-metodológicos da “boa e velha” antropologia rechaçando o título “ambiental”, mesmo quando seu objeto preferencial de trabalho se debruça sobre tais questões.

Encontramos reflexões de fundo sobre o pensamento ocidental moderno estimuladas pela crise ecológica, como em *A invenção ecológica* (Carvalho, 2001), ou em *O mito moderno da natureza intocada* (Diegues, 2008), assim como grandes reviravoltas em nossa visão da natureza através da história ambiental (Crosby, 2011) ou da relação entre questão ecológica e processos de negociação política, em José Augusto Pádua (1992).³ Embora estas, entre as muitas reflexões de cunho epistemológico pertinentes à filosofia, à sociologia, à crítica marxista ou à educação, tenham estabelecido uma base para os diálogos interdisciplinares característicos da época, estaremos buscando, neste trabalho, aquelas mais circunscritas à própria antropologia, como o artigo intitulado “Natureza”, de Barretto Filho (2012a), que apresenta um percurso teórico que se inicia com o conceito

de adaptação da ecologia cultural seguindo até o entendimento integrativo do homem enquanto organismo modificador e coconstrutor do seu meio, em Bateson (1972) e Ingold (1987; 2000)⁴ (Barretto Filho, 2012a).

Paul Little (2006) refere-se a três abordagens teóricas que pretenderam superar a divisão das esferas biológica e humana. A primeira, mais radical, resolve ignorar a linha divisória natureza/cultura. Little atribui a esta uma arrogância antropocêntrica que considera os humanos “tão potentes, e tão onipresentes” a ponto de já terem alterado como um todo o mundo biofísico, o que é, para ele, “um claro exagero”. Na segunda abordagem, que Little considera uma “saída do impasse” entre natureza e cultura mais frutífera, uma “nova síntese biocultural” é proposta, aproximando disciplinas de ambos os lados da divisa por meio de um marco teórico unificado, sugerindo Bateson (1972), Goodman e Leatherman (1998) e, na “teoria ecológica propriamente dita”, Holling e Sanderson (1996). A terceira abordagem, da “simetria epistemológica”, aponta para causas em ambos os lados da divisa, alertando contra o privilégio de uma em detrimento da outra:

Na implementação analítica dessa simetria, os cientistas sociais vêm usando o conceito de “agente natural”, no qual as forças da natureza são consideradas como uma espé-

3 Pensando em termos de longa duração, Pádua (1992, p. 156-163) alerta para a relação entre o homem e a escassez definida como os limites de seu acesso a recursos naturais. Se na Antiguidade havia uma disponibilidade infinita, a escassez era definida pela limitação de meios técnicos de disponibilizar esses recursos. No período industrial privatista, em que a tecnologia abriu tais fronteiras, naturalizou-se uma ideia de disponibilidade infinita de recursos que orientou as expectativas de desenvolvimento em uma geopolítica colonial que prometia, *a posteriori*, uma equiparação entre nações e regiões.

4 Um seminário importante realizado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, recebe Ingold e abre campo de diálogos para essa reflexão. Em *Cultura, percepção e ambiente. Diálogos com Tim Ingold*, organizado por Carlos Steil e Isabel Carvalho (2012), acaba comprovando a hipótese de que é o enquadramento teórico e a forma de se recortar os objetos de pesquisa dos diferentes autores que compuseram o livro o que poderia caracterizar uma antropologia do meio ambiente.

cie de ator, no sentido de que “agem” sobre uma realidade determinada, mas que difere qualitativamente dos atores sociais, já que não têm “vontade” nem “intencionalidade”. Como ambos os tipos de atores são tratados com o potencial de influir na construção de uma paisagem determinada, segue o princípio epistemológico de simetria (Law, 1987, p. 114 *apud* Little, 2006, p. 89, tradução livre da autora).

Assim, diante da “questão ecológica”, a antropologia enfrentou os desafios que o mundo da *physis* apresentava à sua tradição teórica enquanto sua lente de observação enfocava seus antigos sujeitos de pesquisa sob novas correlações de forças políticas. Surgem demandas e oportunidades de financiamentos de pesquisas alterando a atividade de antropólogos tanto na direção de novos problemas quanto para sua redefinição enquanto “ambientais”. Não se trata de um afastamento de seus temas de pesquisa anteriores, fossem esses grupos e comunidades indígenas, camponeses, sindicatos, trabalhadores ou outros, mas do reexame e reenquadramento do mundo pela lente específica do ambientalismo.

O lugar da antropologia em meio ao adensamento do movimento social

há de se argumentar que o próprio lugar da antropologia e o papel dos antropólogos

se modificam diante da questão ecológica. À medida que a interdisciplinaridade imposta pela complexidade da questão ambiental provoca uma escuta renovada dos conhecimentos tradicionais, causa uma valorização da antropologia entre as ciências ocidentais. No ambiente de forte participação social dos anos de 1980 e 1990, incentivada por processos de redemocratização e grandes encontros internacionais,⁵ com estímulo às ações que envolviam trocas de experiências, começava a constituir-se uma ecologia política agregando cientistas de diferentes áreas, aproximando-os de um universo anteriormente visitado preferencialmente pela antropologia. Ao mesmo tempo, lideranças indígenas e camponesas deixavam sua posição de “objetos de estudo” para emergirem como protagonistas na arena internacional por meio de movimentos sociais organizados, tais como, entre outros, a “Aliança dos Povos da Floresta”,⁶ para quem a utilidade do antropólogo enquanto “intermediário” ou assessor se estabelece.

Durante o processo de redemocratização, a antropologia brasileira, sem qualquer pretensão de ser ambiental, já iniciava parcerias com organizações não governamentais (ONGs) enquanto a luta do movimento indígena pela demarcação de terras foi gradualmente se fortalecendo. No início da década de 1980, por exemplo, foi realizado pelo projeto “Estudos sobre Terras Indígenas no Brasil: invasões, uso do solo, recursos

5 Surgem, no ambiente pós-Rio-92, condições de possibilidade que favorecem mudanças no “papel” do antropólogo, com participação em ações de governo, muitas delas mediadas por ONGs, por meio de financiamentos de fundos intergovernamentais para o financiamento de ações *in loco*, como a execução de laudos demarcatórios, relatórios de identificação — Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e seu respectivo Relatório de Impacto Ambiental (Rima) — e outras ações em políticas públicas e projetos de desenvolvimento. A antropologia aplicada rompe o academicismo e se estabelece fora da universidade, ou “extramuros”.

6 Liderada por índios e seringueiros como Chico Mendes, essa rede inter-regional articulou indígenas e o campesinato extrativista de outras regiões, como Pará e Maranhão.

naturais” (Peti) o mais extenso e difícil trabalho de levantamento manual de dados sobre as terras indígenas em arquivos da Fundação Nacional do Índio (Funai), do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (Mirad) (1983–1992),⁷ sob a direção de João Pacheco de Oliveira, com a colaboração de Antônio Carlos de Souza Lima. Partes importantes desse trabalho, tal como a listagem das terras indígenas, foi organizada em parceria com a ONG Cedi.⁸ Os resultados dessa pesquisa trouxeram informações aos parlamentares durante a Constituinte de 1988, contribuindo para decisões favoráveis aos povos indígenas.

Embora não houvesse nenhuma pretensão de se fazer uma antropologia ambiental, os autores relacionados ao projeto reconheceram que as condições de demarcação de terras indígenas no Brasil se modificaram drasticamente a partir de 1991, na medida em que “o governo brasileiro passa a ver como positiva a possibilidade de financiamento externo para ações de proteção ao meio ambiente, especialmente na Amazônia, o que irá implicar na homologação de muitas e extensas áreas indígenas”⁹ (Oliveira, 1998, p. 15–42). Porém, mais que um “efeito” da questão ambiental, podemos considerar que essa antropologia voltada para a etnologia e

aplicada à demarcação de terras indígenas acabou por resultar em uma importante contribuição à antropologia do meio ambiente, por intermédio dos inúmeros profissionais da antropologia que produziram laudos e relatórios com informações etnográficas (Souza Lima; Barretto Filho, 2005) sobre a relação e significados atribuídos por diferentes comunidades indígenas ao seu meio natural e às suas formas de manejo, que, mesmo servindo a fins específicos, certamente compõem um acervo valiosíssimo para uma antropologia voltada para o ambiente.

Ao longo da década de 1980, o tema do conhecimento tradicional foi valorizado em um quadro internacional que aproximava biólogos da antropologia, como aqueles congregados na Sociedade Internacional de Etnobiologia (SIE), fundada pelos professores Darrell Posey¹⁰ e Olympio Serra,¹¹ com a etnobiologia, através de Elaine Elizabetzsky,¹² em colaboração com o astrofísico da Universidade Estadual de Campinas Márcio D’Olney Campos, entre outros. A SIE reuniu uma prolífera produção intelectual versando sobre o conhecimento da natureza e o manejo ecológico indígena, em especial os Kayapó. Nesses documentos foram consideradas a cosmovisão e as diferenças epistemológicas dos nativos e seus pajés, que eram tidos como “verdadeiros cientistas”, tão merecedores de títulos de doutoramen-

7 Uma ação conjunta das equipes do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) e do Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) (1983–1992).

8 Centro Ecumênico de Documentação e Informação, que após se juntar à SOS Mata Atlântica passou a se chamar Instituto Socioambiental (ISA).

9 A partir dos decretos de demarcação de terras indígenas, assinados pelo presidente Collor em 1992, fortaleceu-se a produção de laudos de demarcação, que se iniciaram em forte parceria com a ONG Cedi (hoje ISA), cujos equipamentos de georreferenciamento facilitaram tais ações também em outros programas de outras universidades.

10 Museu Goeldi e Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

11 Universidade de Brasília (UnB).

12 UFRGS.

to quanto os acadêmicos que os estudavam. Ficou estabelecido que a própria sobrevivência física desses grupos dependeria do “respeito” concedido às formas próprias de saber o mundo, sendo o direito à terra a base material imprescindível a essa sobrevivência. Foi produzido aí um importantíssimo e refinado legado intelectual sobre a formação dos regimes jurídicos internacionais na defesa dos direitos de povos indígenas¹³ que talvez pecasse, inicialmente, por usar “a linguagem do agressor”, ao tentar estabelecer estratégias de defesa de direitos dos povos indígenas no âmbito da “propriedade intelectual” pertinente à lei das patentes.¹⁴

A SIE foi responsável por cunhar termos como “biopirataria”, alertando contra a exploração comercial do conhecimento indígena. Clamava pelo reconhecimento do saber dos pajés, em sua Declaração de Belém, de 1988. Com caráter militante, reunia-se em países diferentes a cada dois anos formando uma rede internacional de alianças. Ajudou a promover o Encontro de Altamira, atraindo atenção mundial para a luta de povos indígenas do Brasil contra a barragem que hoje se concretiza em Belo Monte. Paralelamente à Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Cnumad), na qual repre-

sentantes políticos firmaram compromissos para sustar os males do desenvolvimento industrial (tais como a Agenda 21, a Convenção da Diversidade Biológica e a Convenção do Clima) —, a SIE organizou o Parlamento da Terra pela Diversidade Biocultural, que reuniu lideranças indígenas de todo o Brasil e do mundo com juristas internacionais, ONGs brasileiras e estrangeiras, com importantes figuras exponenciais mundiais.¹⁵

O conhecimento dos sujeitos de estudo é, obviamente, inerente à antropologia. No entanto, enquadrado dentro da perspectiva ambiental, o termo “conhecimento tradicional”, associado ao conceito de “povos tradicionais”, no Brasil se estabeleceu em relação às unidades de conservação, com trabalhos do sociólogo Antônio Carlos Diegues,¹⁶ com estudos sobre o manejo de recursos naturais por comunidades caiçaras na Mata Atlântica, ilhas, áreas costeiras e grupos da Zona Úmida na Amazônia. Sua categorização de diferentes grupos enquanto “povos tradicionais” tem sido amplamente adotada como ponto de partida de estudos sobre a relação de grupos locais com seu ambiente, embora seja disputada por autores da antropologia que rejeitam uma classificação rígida na forma de “gabarito”, propondo análises que incluam a formação de identidades em

13 Darrell Posey orgulhava-se de ter conseguido inserir no campo da discussão internacional a ideia de um “feixe de direitos” como um regime constituído por diferentes leis e convenções internacionais de proteção jurídica dos povos indígenas, sem excluir outros aspectos da vida comunitária, como aqueles espirituais, tão pouco considerados pelas leis nacionais.

14 Ideia que mais tarde se complexificou em direitos difusos que contemplavam, para muito além da propriedade individual, a base do sistema jurídico da Convenção de 1930.

15 Como Paulo Freire, José Lutzemberger, Dalai Lama, Patativa do Assaré, Al Gore, príncipe Charles e Jane Fonda, entre muitos outros, em catorze dias de reuniões que deram voz a negros, indígenas, camponeses e extrativistas os mais variados, ciganos, populações de rua, assim como a especialistas em discussões sobre cidades, comercialização, usos do georreferenciamento para a demarcação de terras indígenas e seus direitos territoriais e, principalmente, a proteção do conhecimento tradicional perante a nova exploração que então se anunciava desses saberes pela indústria farmacêutica em grande escala.

16 Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo (Procam/USP).

relação com a construção do saber local.¹⁷ Suas publicações, como *O mito moderno da natureza intocada* (2008) ou *Etnoconservação* (2000), continuam a ser muito citadas, especialmente em ambientes interdisciplinares.¹⁸

A discussão sobre o conhecimento tradicional evoluiu tanto pela ação prática quanto pela produção intelectual dos antropólogos Mauro Almeida e Manuela Carneiro da Cunha, a partir de 1993, conforme demonstravam como os locais “ocupavam” a identidade de povos tradicionais, incorporando essa identidade na luta política por direitos. O primeiro, professor da Unicamp, desenvolveu ações de extensão em sindicatos rurais no Acre, na década de 1980, contribuindo com a formação do Conselho Nacional dos Seringueiros em convívio com Chico Mendes — talvez o ator individual que, por meio de sua luta e morte, tenha servido como o mais importante marco simbólico impulsionador do movimento ambientalista internacional. Entre os anos de 1989 e 1991, Mauro Almeida contribuiu com o mapeamento e a delimitação para a formação da Reserva Extrativista do Alto Juruá. Com forte interesse por teoria antropológica e pelos estudos de campesinato, em seus escritos ini-

ciais sobre conhecimentos tradicionais, estes eram traduzidos pelo termo “tecnologia”, em artigos como “Dilemas da razão prática: simbolismo, tecnologia e ecologia na floresta Amazônica”, ainda em 1986, e “As colocações como forma social, sistema tecnológico e unidade de recursos naturais” (1990).¹⁹

A fecundidade do encontro entre Mauro Almeida e Manuela Carneiro da Cunha reflete-se nos diversos projetos de pesquisa que foram desenvolvidos pela dupla,²⁰ revelando a forte imbricação do conhecimento tradicional com a questão da etnoconservação. Assinam juntos os artigos “Indigenous people, traditional people and conservation in the Amazon”, na revista *Daedalus* (2000), e “Global environmental changes and traditional populations” (2001), entre outros. Essa vasta produção intelectual sobre o tema culmina na publicação da *Enciclopédia da floresta: o Alto Juruá – prática e conhecimentos das populações* (2002).

Além de importantes manifestações públicas em defesa dos direitos indígenas na imprensa, Manuela Carneiro da Cunha tem mantido consistente participação técnica e política na Força Tarefa de Conhecimentos de Povos Indígenas e Comunidades Locais

17 Para uma discussão esclarecida a respeito dos dilemas trazidos por esse conceito, uma vez que é construído mediante a necessidade de se garantir direitos às populações englobadas por áreas de unidades de conservação, ver Prado (2012, p. 175-177).

18 Seus projetos de pesquisa, como o atual, “Povos/Comunidades tradicionais e áreas protegidas no Brasil: conflitos e direitos” (USP/2010, em andamento), analisam conflitos socioambientais entre comunidades locais e áreas protegidas no Brasil.

19 A preocupação de Almeida com o manejo do território parece consolidar-se em “The management of conservation areas by traditional populations: the Case of the Upper Juruá Extractive Reserve” (1996), dando forma à linha de pesquisa em que atua ainda hoje: “Territorialidades e Processos Sociais” (Unicamp, 2010, em andamento).

20 “As populações tradicionais podem gerenciar áreas de conservação? Uma experiência na Reserva Extrativista do Alto Juruá” (1993–1995); “Populações locais, agrobiodiversidade e conhecimentos tradicionais na Amazônia brasileira” (2005–2009); “Populações, agrobiodiversidade e conhecimentos tradicionais associados” (2009–2013); “Bases para um programa brasileiro de pesquisa intercultural e de fortalecimento da produção local de conhecimentos” (2009, em andamento); e “Povos indígenas e comunidades locais tradicionais no Brasil: contribuições para a biodiversidade, ameaças e políticas públicas” (2018, em andamento).

da Plataforma Intergovernamental sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos²¹ e, desde 2014, a convite do governo federal do Brasil, como perita no Foro de Conhecimentos Tradicionais.²² Mauro Almeida, por sua vez, mantém forte atuação acadêmica e editorial, tendo contribuído com a constituição da Universidade da Floresta (Uniflora)²³ nas comunidades em reservas extrativistas do Acre.²⁴ Sua atuação como professor orientador mantém bastante consistência em relação às temáticas aqui discutidas, tanto na Amazônia quanto entre os caixaras da Mata Atlântica da Jureia, mas também com temas de fundo teórico-epistemológico sobre a aproximação entre natureza e cultura, conhecimento científico e tradicional, e entre outros que compõem o “*corpus* etnográfico” relacionado.

No âmbito da criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), houve um intenso debate em torno da definição de comunidades tradicionais, em meio

às discussões sobre políticas de conservação e de preservação da natureza que envolveram atores de várias instituições de governo, assim como atores da sociedade civil organizados por ONGs e cientistas. A luta que se travou em torno desse conceito antevia consequências jurídicas importantes para as comunidades locais, caso a categoria fosse associada a uma condição temporal, como sugerido pelas noções de pré-colombiano, ancestral ou “habitantes desde tempos imemoriais” que aparecia no Projeto de Lei nº 2.057, que dispõe sobre o Estatuto dos Povos Indígenas.

Porém, essa não foi a única tensão nesse espaço, no qual os antropólogos se inseriram como analistas das relações sociais e dos interesses em jogo nessa arena de disputa política e institucional, como aponta a dissertação de mestrado de Renata Sant’Anna (2003), orientada por Neide Esterci (PPGAS/UFRJ), *Sistema Nacional de Unidades de Conservação: reflexões antropológicas sobre a elaboração*

21 Intergovernmental Science-Policy Platform on Biodiversity and Ecosystem Services (IPBES) (2014–2019).

22 Sua inegável contribuição é reconhecida tendo em vista a encomenda, pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), para “construir diagnóstico sobre as contribuições dos povos indígenas e comunidades locais no Brasil para a geração, manutenção ou conservação da biodiversidade e a recuperação de solos e outros serviços ecossistêmico” (Plataforma Lattes, consultado em 19 de março de 2019).

23 “A Universidade da Floresta (Uniflora) foi um projeto de universidade diferenciada elaborado com o intuito de incluir conhecimentos, e conhecedores, tradicionais no ensino superior brasileiro. O projeto foi redigido em fevereiro de 2004 na sede da Universidade Federal do Acre (UFAC) por representantes de universidades públicas brasileiras: a Universidade de Campinas (UNICAMP), a Universidade de Brasília (UnB), a Universidade Federal de Viçosa (UFV), a Universidade Federal do Acre (UFAC); por institutos nacionais de pesquisa: a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), e o Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada (IMPA); representantes da sociedade civil e do governo do estado do Acre.[...]. A ideia de criação de uma nova universidade, que pudesse ter como professores também pessoas não formadas academicamente, como seringueiros, ribeirinhos e indígenas, promovendo uma interface entre os conhecimentos tradicionais e acadêmico-científicos. A Uniflora estava baseada em três ‘eixos’ constituintes: Instituto da Biodiversidade e Manejo dos Recursos Naturais; Campus Floresta, em Cruzeiro do Sul; e o Centro de Formação e Tecnologias da Floresta (CEFLORA)”. Disponível em: <https://ensinosuperiorindigena.wordpress.com/atores/instituicoes/uniflora/>. Acesso em: 19 mar. 2019.

24 Temas como: *Articulações para o desenvolvimento da floresta: populações locais e políticas públicas em torno da natureza na microrregião de Cruzeiro do Sul – Acre*, de Maíra Bueno de Carvalho (2013). Além de temas de fundo, tais como: *Natureza e cultura na definição e delimitação do humano: debates e disputas entre antropologia e biologia* (Dalgalarroto, 2013), ou *Pontes e abismos entre conhecimento tradicional e conhecimento científico: relações e dissensões entre caixaras e pesquisadores na Jureia* (Rodrigo Ribeiro de Castro, 2017, em andamento).

de uma lei ambiental.²⁵ Destaca-se, nessa área, a produção de Henyo Trindade Barretto Filho, com sua tese de doutorado, *Da nação ao planeta através da natureza: uma tentativa de abordagem antropológica das unidades de conservação na Amazônia*, publicada em 1997, mas também em *A história da conservação da natureza no Brasil como uma peleja moral* (1998) e *Utopias tecnológicas, distopias ecológicas e contrapontos românticos: “populações tradicionais” e áreas protegidas nos trópicos* (2001).

A difícil aproximação entre os termos cultura e *physis* na antropologia encontra uma tradução no conceito de “processo de territorialização”, de João Pacheco de Oliveira,²⁶ bom para pensar a relação de grupos indígenas com a materialidade de seu meio e com o Estado. Com simplicidade e precisão, o conceito incorpora a história à equação estimulando, assim, outros avanços teóricos acerca da prática da cultura sobre o meio físico, tais como a ideia de “terras tradicionalmente ocupadas”, em Alfredo Wagner Berno de Almeida²⁷ (2004; 2008a; 2008b), a percepção de ondas de ocupação territorial, em Little (2018), ou de “dinâmica territorial”, em Mura (2019).

O projeto “Novas Cartografias Sociais da Amazônia”,²⁸ coordenado por Alfredo Wagner Berno de Almeida, mantém forte capilaridade na Amazônia e em especial no Maranhão, onde estabeleceu o Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política

da Amazônia,²⁹ e no Pará, com Rosa Acevedo Marin, no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (Naea) e o Programa de Pós-Graduação em Antropologia.³⁰ Embora não constitua uma “antropologia ambiental” ou reivindique esse subcampo, podemos supor, claramente, que o registro etnográfico da relação direta que grupos camponeses de várias categorias, quilombolas e indígenas mantêm com seu meio físico venha a trazer enormes contribuições para considerações ambientais.

De que modo não perceber como “ambiental” a análise que Alfredo Wagner faz da “racionalidade extrema”, “econômica” ou “universal” por trás das políticas de ocupação da Amazônia e seu papel de promoção da invisibilidade a que são remetidos os grupos adaptados à vida na floresta e seus saberes locais? Em *Antropologia dos Arquivos da Amazônia*, ao debater a noção de “vazio geográfico” que orienta as ações do governo federal, Almeida (2008a) demonstra como a antecedência hierárquica das terminologias advindas das ciências biológicas e geográficas, ao deslocar uma noção “microbial” à análise social do que denomina “populações”, simultaneamente nomeia e categoriza como “indivíduos biológicos” ou “tipos antropogeográficos” os grupos etnicamente diferenciados, sobrepujando suas especificidades e diminuindo-os. Ações de governo assim informadas, alega o autor, percebem o meio físico como uma “camisa de força” a ser superada pela “ocupação racional”.

25 Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais (IFCHS/UFRJ).

26 PPGAS/Museu Nacional.

27 Autor que desenvolve uma metodologia de cartografia participativa para levantar o olhar dos próprios habitantes locais sobre as formas como ocupam e manejam seus territórios (2008).

28 PNCSA/Universidade Federal do Amazonas (Ufam).

29 PPGCSPA/Universidade Estadual do Maranhão (Uema).

30 PPGA/Universidade Federal do Pará (UFPA).

O antropólogo americano radicado no Brasil Paul Little (2006)³¹ examina, partindo de *dentro da antropologia e se contrapondo à abordagem transdisciplinar*, os significados da ecologia política recorrendo à antiga solução da antropologia de resolver seus dilemas teóricos por meio de sua metodologia. Little nos conduz por uma análise das diferentes aproximações feitas pela antropologia com o mundo biológico, desde a ecologia cultural de Stewart.³² Para o autor, a introdução da economia política no paradigma ecológico deu visibilidade aos “choques entre sistemas produtivos (e) os vínculos entre as mudanças econômicas e a crise ambiental”, para os quais a antropologia traria o aporte de ajudar a compreender “os sistemas produtivos e tecnologias que empregam, os recursos naturais que exploram e as ideologias que utilizam para justificar seu modo de adaptação e as reivindicações territoriais que defendem” (Little, 2006, p. 87-88). Nessa esfera, a etnografia é antes de tudo a etnografia do conflito, que, por sua vez, é ambiental. Diferencia-se, assim, das pretensões holísticas de uma etnografia clássica que pretende registrar o mais próximo da inteireza possível o sistema de vida de um grupo.

Em um esforço teórico fino por uma antropologia ambiental, Little localiza o que chama de “três princípios duros do paradigma ecológico”, indicando-os como amparos metodológicos em uma aplicação etnográfica: o foco sempre em relações (sociais, naturais ou socioambientais), em vez de objetos substantivos; a contextualização da análise; e o uso de métodos processuais com o acompanhamento dos fluxos e a identificação da di-

nâmica interna dos processos. Voltaremos a essa perspectiva ao final deste trabalho.

Mirando as sociedades complexas: a virada infraestrutural

O período de tomada de consciência da dimensão da crise ecológica coincidiu com a expansão da industrialização e da infraestrutura seletiva da modernidade para zonas periféricas do capitalismo, mas também com o processo de descolonização e o crescimento dos movimentos sociais em um novo ciclo de conflitos. Surgem enquadramentos e recortes de estudos antropológicos voltados para as formações do capitalismo que provocam a devastação.

Em tempos de implantação de estruturas físicas de urbanização, como os sistemas de transportes, de saúde e de educação do pós-guerra, tanto a teoria da modernização quanto o pensamento marxista dirigiam grande parte de seus esforços à compreensão de como estender tais benesses para as áreas não alcançadas por esse sistema, tomando o desenvolvimento como o projeto capaz de promover a justiça social. Mesmo quando se adotava um ponto de vista crítico, estudava-se a periferia — zonas de pobreza como o campesinato nordestino e suas secas — em sua distância tanto física quanto social e política em relação a um centro promotor dessa mudança civilizadora. Tratava-se de uma antropologia da falta de acesso a tais benesses.

Essa percepção nos ajuda a reconhecer a importância do momento em que Lygia Sigaud, em estudos do campesinato e seus conflitos, voltou seu olhar aos “marcos da

31 Então no PPGAS/UnB.

32 A etnoecologia de Conklin (1954), a ecologia neofuncionalista de Rappaport (1968), a ecologia humana de Moran (1990), a ecologia processual de Bennett (1993), ou a ecologia espiritual de Kinsley (1995).

política estatal de geração de eletricidade, via construção de grandes barragens” e seus efeitos sobre os camponeses que produziam em áreas alagadas (Sigaud, 1986; 1992), para entendermos o impacto fundamental que esse *desvio do olhar* no recorte do objeto de pesquisa promoveu sobre a antropologia, principalmente na esfera internacional. Examinando as decisões da política de hidroeletricidade como resultado de “relações sociais que se estabelecem entre os diferentes agentes sociais, dos enfrentamentos e dos conflitos aí implicados”, Sigaud (1992, p. 19) antecipa elementos da antropologia do Estado, do desenvolvimento e alguns dos pressupostos específicos da antropologia dos desastres, como veremos adiante.

Também nos anos de 1980, Gustavo Lins Ribeiro propõe-se a fazer uma antropologia “das sociedades complexas” que aproxima autores da sociologia e da geografia, como Wallerstein, Giddens e Harvey, por meio de uma etnografia multissituada. Inaugura, com significativo impacto na antropologia internacional, a antropologia dos grandes projetos. Examinando o fluxo dos trabalhadores especializados da construção da Barragem de Yacyretá, executada por um consórcio internacional de empresas na fronteira da Argentina com o Paraguai, o autor analisa como estes se afastam de suas identidades de origem “assumindo a identidade de habitantes permanentes do circuito migratório dos grandes projetos, a identidade de bichos-de-obra” (Ribeiro, 1992b, p. 37). Porém, o autor realiza muito mais que isso ao examinar etnograficamente a agência dos empreendimentos revelando a concreitude dessas formações institucionais complexas

em suas dinâmicas de ocupação do espaço. Lins Ribeiro lança mão do conceito de “grandes projetos”,³³ que define como sendo:

um acontecimento do sistema mundial e um segmento privilegiado do mercado da construção civil disputado intensamente pelas maiores companhias transnacionais e nacionais que operam no setor (com) características particulares que tornam possível que os consideremos como uma forma de produção vinculada à expansão de sistemas econômicos. Mais características podem ser sinteticamente agrupadas sob três dimensões: o gigantismo, o isolamento e a temporariedade (Ribeiro, 1987, p. 8).

Embora nem todos venham a concordar com o pioneirismo aqui atribuído a Lygia Sigaud e a Gustavo Lins Ribeiro nesse percurso, o recorte escolhido por esses dois autores e o uso que fizeram de seu instrumental etnográfico tiveram forte influência na antropologia internacional, recentemente reconhecida no importante seminário ocorrido na Universidade de Estocolmo, “Ethnographies of Megaprojects, Social and Political Worlds of Large Scale Infrastructures” (2019), celebrando a ocasião dos 25 anos dos estudos de Lins Ribeiro em Yacyretá e da “virada infraestrutural que dele derivou na antropologia e disciplinas relacionadas”, citando, entre os autores influenciados, Anand, Appel e Gupta, além de Harvey, Jensen e Morita e Larkin, conforme anunciado em seu material de divulgação.

Para a antropologia pós-colonial que começava a se formar, o enquadramento de Lins Ribeiro dessas estruturas concretas, múltiplas e com efeitos tão claramente visíveis na sociedade e na natureza forneceu

33 Mais adiante, em outros trabalhos, o autor mostra como estes contribuem para formar a autoimagem de modernidade no sistema-mundo wallersteiniano, marcada por obras monumentais que servem a cada país como uma espécie de ingresso de membro no concerto das nações (Ribeiro, 1992).

uma linguagem para se pensar sobre as novas formas de colonização em ação na América Latina e na África. Ao promover a ideia de universalidade e da inexorabilidade da evolução dessa formação social propalada como “civilização”, o discurso a concretiza.³⁴ Ao assumirem-se como subdesenvolvidos, os países e regiões que ficaram fora da distribuição inicial passaram a aceitar tais metas de crescimento infinito e de implantação da infraestrutura de modernização sem maiores questionamentos (Ribeiro, 1992a).

No Brasil, Peter Schröder³⁵ lança uma linha de pesquisa na área da antropologia do desenvolvimento e, com admirável persistência, procura traçar uma agenda de estudos especificamente antropológica e as especificidades desse subcampo, ressaltando a forma como este propicia e valoriza a participação de antropólogos em projetos socioeconômicos na América Latina e na África.³⁶ Entre os quesitos apontados por esse autor está justamente a inclusão da etnografia das políticas de Estado, das instituições e dos conflitos.

No Piauí, o Grupo de Pesquisas Antropologia do Desenvolvimento e do Meio Am-

biente no Piauí (Adma),^{37, 38} também busca entender “o que faz um antropólogo do desenvolvimento” atento às necessidades por etnografias em situações de confronto, porém percebendo a imprescindível interface com a antropologia do Estado (Souza Lima, 2012a). Seu programa de pesquisas afirma:

buscar na formação discursiva os elementos constitutivos de uma ordem (Escobar, 1995) que organiza os esforços institucionais e constrói uma rede de atores posicionados assimetricamente em um campo (Lins Ribeiro, 2009) no qual se estabelece uma correlação de forças a fixar prioridades e conduzir decisões que impactam fortemente a vida de populações locais (Peet, 1999) (Waddington, 2013, p. 4).

Mirando o sistema que promove a ameaça ao ambiente, a antropologia encontra o seu foco preferencial nas relações sociais em disputa sob o tema do conflito, agora ambiental. José Sérgio Leite Lopes (2006)³⁹ mostra como velhos conflitos se “ambientalizam” em processos que implicam

34 Com geógrafos que se voltaram para a análise do (fracasso) dos planos de desenvolvimento europeus na África, um conjunto de autores dedica-se “a analisar como o termo desenvolvimento passou a significar ‘mais de tudo para todos’” (Peet; Hartwick, 1999, p. 156-158) ou tudo enquanto desejável e contra o qual ninguém se manifesta. Enquanto a narrativa oculta o investimento feito e mais ainda, a seletividade com que este ocorreu, essa valorização lança à condição de inferioridade as regiões que ficaram fora dos investimentos do pós-guerra atribuindo a elas a culpa pelo próprio atraso em relação ao centro irradiador dessas formações.

35 Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

36 Sua preocupação com a definição do campo manifesta-se desde o pós-doc, entre 1995 e 1996, e publicações como “A antropologia do desenvolvimento: é possível falar de uma subdisciplina verdadeira?” (1997), ao longo do projeto de pesquisa desenvolvido na UFPE, “A situação atual da antropologia do desenvolvimento em comparação nacional e internacional” (2001–2003), até quando apresenta “Os desafios para uma antropologia do desenvolvimento no cenário atual”, na 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, em 2014.

37 Vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Piauí (PPGAnt/UFPI, 2008–2014).

38 O Adma promoveu pesquisas sobre a chegada dos grandes projetos naquele estado, em especial a expansão da soja e da monocultura do eucalipto, barragens e ferrovia norte-sul, entre 2008 e 2014.

39 UFRJ/Museu Nacional.

simultaneamente “transformações no Estado e no comportamento das pessoas”, por meio da incorporação e da naturalização de uma nova questão pública, transformando a linguagem e as formas de institucionalização de tais conflitos. Examinando conflitos entre sindicatos, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e o município de Volta Redonda, o autor identifica os primeiros processos pela poluição dos rios e contaminação dos trabalhadores, possibilitados pela lei de ação civil pública de 1985, apontando novas instituições e agentes que derivam das mudanças engendradas pela Reunião de Estocolmo (Unep, 1972). Novos recursos surgem no horizonte de lutas antigas por meio de um processo historicamente situado, gerando novas legitimidades e atitudes.

O problema ambiental multifacetado e complexo exige interdisciplinaridade e uma participação efetiva dos profissionais na arena da ecologia política. Nesse âmbito, nasce, em 2001, a Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA), a partir de um encontro na Universidade Federal Fluminense (UFF), organizado por Selene Herculano,⁴⁰ Henri Acselrad⁴¹ e José Augusto Pádua,⁴² com apoio

da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase) e da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), incluindo discussões sobre raça e gênero no plano da justiça/injustiça ambiental. Quase simultaneamente, entre os anos 2000 e 2002, estrutura-se a Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade (Anppas), criando um importante fórum de discussão com congressos bianuais e a revista *Ambiente & Sociedade*, um dos principais espaços para publicações sobre o tema.⁴³

O encontro fundador da RBJA atraiu profissionais de diferentes áreas, como Sociologia, História e Direito, e sua importância pode ser avaliada, hoje, na maneira como estimulou a criação ou influenciou na configuração de grupos de pesquisa e programas de pós-graduação, inaugurando algumas novas tecnologias de observação e controle de informações.⁴⁴ Esses novos instrumentos e ferramentas de pesquisa e acompanhamento, com “feed de notícias, links com redes sociais, biblioteca contendo diferentes modalidades de produção acadêmica, entre outras ferramentas que possibilitam a divulgação e a atualização direta das narrativas sobre con-

40 Laboratório de Estudos de Cidadania, Territorialidade e Ambiente (Lacta) e Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito (PGSD/UFF).

41 Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (Ippur/UFRJ).

42 Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade/Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ).

43 Participaram da fundação da Anppas, em 2000: o Procam/USP; o Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais (Nepam/Unicamp); o Naea/UFPa; o Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS/UnB); o CPDA/UFRRJ; o Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas/Universidade Federal de Santa Catarina (PPGICH/UFSC); o Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento (Made)/ Universidade Federal do Paraná (UFPR) e o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (Prodema). Disponível em: <http://www.anppas.org.br/novosite/index.php?p=historia>. Acesso em: 26 mar. 2019.

44 Tais como: *Mapa de conflitos ambientais*, no Rio de Janeiro (2002, Ippur/UFRJ), *Mapa da injustiça ambiental e saúde* e *Mapa de combate ao racismo ambiental*, ambos organizados por Tânia Bacelar (2001, Fiocruz), *Mapa dos conflitos ambientais em Minas Gerais*, por Andréa Zhouri (2007) (Universidade Federal de Minas Gerais — UFMG) e o Observatório Socioambiental de Barragens (2014–2018), por Carlos Wainer e Henri Acselrad (Ippur/UFRJ).

flitos ambientais” (Zhou, 2016a, p. 56), facilitaram as “devolutivas” e os trabalhos de extensão nas comunidades atingidas.

Como corolário da crítica a Sobradinho (Sigaud, 1986; 1992), a produção antropológica sobre barragens multiplica-se tanto no Nordeste, com *Negociações e resistências persistentes: agricultores e a barragem de Itaparica num contexto de descaso planejado* (Scott, 2009),⁴⁵ quanto na Amazônia, no confronto do etnólogo Baines (1994; 1997)⁴⁶ com a Usina Hidrelétrica de Balbina e o deslocamento dos Waimiri-Atroari por ela promovido. O Naea publica um fascículo dos *Cadernos Naea* intitulado “Na trilha dos grandes projetos: modernização e conflito na Amazônia”, no qual consta artigo da socióloga Edna Castro, “Resistência dos atingidos pela Barragem de Tucuruí e construção de entidades” (Castro, 1989). Atualmente, a construção da Barragem de Belo Monte tem gerado artigos e relatórios como os de Sônia Magalhães para a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e para o Comitê de Povos Tradicionais e Megaprojetos da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), que se manifestam publicamente. Criam-se os Encontros Latino-Americanos de Ciências Sociais e Barragens, e a análise das políticas de hidroeletricidade e dos Megaprojetos rapidamente se transforma em um campo rico de estudos transdisciplinares, com Grupos

de Trabalhos (GTs) e simpósios temáticos na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), na Anppas, nas Reuniões Brasileiras de Antropologia (RBAs) e em outros congressos de ciências sociais, com um conjunto variado de cientistas sociais e seus parceiros transdisciplinares — como o engenheiro Célio Bermann.^{47,48}

Um dos principais grupos atuantes nessa esfera transdisciplinar, liderado por Henri Acelrad e Carlos Wainer, constituiu-se em torno do Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza (ETTERN), no Ippur/UFRJ, voltando-se para o tema da hidroeletricidade por meio da linha de pesquisa “Setor Elétrico, Território, Meio Ambiente e Conflito Social” (Setmacs). Já, em 2002, haviam produzido o *Mapa dos conflitos ambientais do Rio de Janeiro* e depois estruturaram firmemente um trabalho em torno do Observatório Socioambiental de Barragens (Osab).⁴⁹ Ressaltamos como exemplo de resultados aplicados o relatório das barragens (Brasil, 2012), produto de quatro anos de trabalhos financiados pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos em colaboração com o Movimento de Atingidos por Barragens, que reúne informações objetivas sobre os modos de negociação e atuação das empresas e consórcios de energia para subsidiar as organizações que pretendem reagir contra os processos de expulsão.

45 UFPE.

46 PPGAS/UnB.

47 Programa de Pós-Graduação em Energia (PPGE/USP).

48 Com produção bibliográfica voltada para o tema da energia nos livros *Energia no Brasil: para quê? Para quem? Crise e alternativas para um país sustentável* (2002, Editora Livraria da Física); *As novas energias no Brasil: dilemas da inclusão social e programas de governo* (2007, Editora Fase), e os múltiplos artigos, como “Analysis and perspectives of the government programs to promote the renewable electricity generation in Brazil” (2007) e “Crise ambiental e as energias renováveis” (2008).

49 Osab e ETTERN (2012–2018).

Uma trajetória profissional que exemplifica o encontro entre a(s) antropologia(s) do meio ambiente no Brasil e os estudos dos desastres

Ao iniciarmos nossa aproximação com a antropologia dos desastres, pensamos ser interessante descrever uma trajetória que ilustra o encontro entre os recortes ambientais da antropologia brasileira em sua imbricação com a ecologia política. A atuação da antropóloga Andréa Zhouri⁵⁰ e suas contribuições teóricas assumem as formas impostas pelo multifacetado problema ambiental ao trabalho do antropólogo, ilustrando como este passa a ser um saber aplicado e produzido em uma prática coletiva institucional e interinstitucional, que envolve simultaneamente ensino, pesquisa e extensão, voltando-se para a realidade local e global. Zhouri apresenta um desenvolvimento teórico importante sobre conflitos ambientais e os limites das negociações entre grupos locais, empresas e Estado, até que o rompimento das barragens em Mariana e Brumadinho colocam-na face a face com a antropologia dos desastres, a quarta parte deste artigo, que veremos em seguida.

Interessada desde sempre nas questões ambientais e movimentos sociais, seu percurso inicia-se com uma inversão da lente eurocêntrica da etnografia em sua tese de doutoramento sobre ambientalistas europeus

na Amazônia. Na UFMG, ajuda a instituir o primeiro bacharelado de ciências socioambientais no Brasil. Embora permaneça sempre em estreito contato interdisciplinar e em articulação com diferentes programas, demonstra ao mesmo tempo um aprofundamento cada vez maior na antropologia (transita do Programa de Sociologia para o de Antropologia e Arqueologia, que também ajuda a criar na UFMG, e tem participação em GTs, simpósios especiais e comitês da Anpocs⁵¹ e ABA).

Rejeitando a externalidade contida nas noções de “impacto ambiental”, Zhouri e colegas focam no conceito de “conflitos ambientais” enquanto “contradições nas quais as vítimas não só são excluídas do chamado desenvolvimento como também assumem todo o ônus dele resultante”, em uma abordagem que vê o meio ambiente como “cerne de disputas entre sujeitos que sustentam projetos distintos de sociedade” (Zhouri; Laschefski, 2010, p. 4). Os autores concordam com Acselrad (2004, p. 4), que define tais conflitos como decorrentes de diferentes “práticas de apropriação técnica, social e cultural do mundo material”, em que a base cognitiva dos sujeitos e suas visões de mundo entram em disputa, estimulando-os a se organizarem enquanto sujeitos coletivos, não passivos.⁵²

Zhouri atua no Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (Gesta),⁵³ com análises de licenciamentos de barragens, acompanhamento de audiências públicas, contri-

50 Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGAn/UFMG).

51 Em especial, o GT “Conflitos Ambientais”, organizado por Horácio Antunes (UFMA) e Raquel Rigotto (Universidade Federal do Ceará — UFC), desde 2004.

52 Zhouri e Laschefski (2010) identificam três diferentes modalidades não excludentes desses conflitos como sendo: conflitos distributivos (derivados de desigualdades sociais e de acesso a recursos naturais e institucionais); conflitos espaciais (nos quais um dano extrapola determinado território, invadindo outro); e conflitos territoriais (nos quais processos de apropriação de terras afetam a base territorial de determinados grupos). A sobreposição entre essas modalidades é comum.

53 UFMG/2001, em andamento.

buindo na resolução de conflitos em Minas Gerais, além de ações políticas e serviços importantes às comunidades, gerando inúmeras teses, dissertações, trabalhos de conclusão de curso e publicações, adotando instrumentos desenvolvidos a partir da reunião de fundação da RBJA, tais como o *Mapa dos conflitos ambientais* e o Observatório de Conflitos Ambientais de Minas Gerais (2012–2014).

O foco de análise de Zhouri e de seu grupo inclui, gradualmente, os minerodutos de Minas Gerais. Aponta, com propriedade, para o fato de que a atividade mineradora precisa ser compreendida dentro de um complexo que envolve a construção de hidroelétricas, a infraestrutura de transporte e de energia, além da expansão dos grandes plantios de eucalipto (Oliveira; Zhouri; Laschefski, 2010). Associando-se a outros pesquisadores, como Edna Castro (Naea/UFPA), Zhouri publica *Mineração na América do Sul: neoextrativismo e lutas territoriais* (Zhouri; Bolados; Castro, 2016).

Essa necessária inserção da antropologia brasileira no tema da mineração decorreu da enorme predominância que esses projetos assumiram na América Latina a partir da década de 1990. A desregulamentação jurídica operacionalizada no período neoliberal com um modelo de concessões de isenções fiscais e de uma legislação ambiental leniente, engendrado no Chile de Pinochet, favoreceu a implantação desse segundo ciclo de grandes projetos em toda a PanAmazônia.⁵⁴ Pesados investimentos transpuseram a mineração de países como a Austrália e os Estados Unidos para a América Latina, que, em

1996, já concentrava três quartos da atividade mineradora mundial (Aráoz, 2009).

Ao relatar como o trabalho extensionista do Gesta o aproximou das comunidades atingidas por projetos de mineração das empresas MMX/Anglo American em Conceição de Mato Dentro, em um ambiente de violenta truculência contra os comunitários e pesquisadores, Zhouri e colegas revelam a dinâmica autoritária das empresas:

São corporações que transcendem as fronteiras nacionais, amparadas por grandes instituições financeiras e influentes no âmbito nacional. Mas, ao aterrissarem nas localidades, territórios de comunidades tradicionais, também considerados enclaves econômicos na ótica desenvolvimentista, acabam por dialogar com forças políticas conservadoras do lugar, reativando, assim, práticas coronelistas históricas, pensadas como extintas pela modernidade (Zhouri, 2016a, p. 65-66).

O gigantismo e a rapidez desse processo de neocolonização extrativista reforçaram a importância da análise de megaprojetos de mineração, diante de uma nova geração de conflitos ambientais. Se a sequência de grandes desastres como Cubatão, Chernobyl e Bhopal já havia desafiado as análises sociais no sentido de uma reflexão sobre a ideia de risco por meio de Giddens e Ulrich Beck, ao se depararem com a concretude dos desastres de Mariana e Brumadinho, uma nova exigência de aprofundamento teórico confrontou pesquisadores como Andréa Zhouri,

54 Peru, Bolívia e Equador adotaram programa semelhante em 1991; México, em 1992; Argentina, em 1993; Brasil, em 1996; Guatemala, em 199; Honduras, em 1998; Colômbia, em 2001 (Aráoz, 2009).

Edna Castro,⁵⁵ Renzo Taddei⁵⁶ e colegas sociólogos como Norma Valencio.⁵⁷

A vulnerabilidade e o risco na antropologia dos desastres

A pesquisa antropológica define desastre como um processo socionatural que envolve a combinação de um agente potencialmente destrutivo de um ambiente natural e/ou tecnológico com uma população em condição de vulnerabilidade produzida social e economicamente, em que os riscos têm sido construídos sobre uma base social. (García Acosta, 2018b, p. 1, tradução livre da autora).⁵⁸

Interessante notar que uma das principais autoras da antropologia dos desastres atua no México, terra ancestral dos Aztecas e sua “religião do dia final”, na qual sacrifícios sangrentos eram celebrados para evitar o próximo cataclisma. Virginia García Acosta⁵⁹ credita o início da antropologia dos desastres a autores ingleses como Firth, em seu retorno a Tikopia após um furacão no final da década de 1950. Esses pioneiros ingleses examinavam a mudança cultural mediante tornados e maremotos, sendo seguidos por estudos sobre erupções vulcânicas e furacões na Oceania.⁶⁰ García Acosta aponta para o interesse inicial desses pioneiros pelas mudanças no comportamento individual e coletivo e os efeitos que teriam na cultura, atribuindo o elemento do perigo do fenô-

meno natural à construção de determinada cosmovisão.

Embora a perspectiva multievolucionista de Julian Stewart nos anos de 1960 não tenha dado impulso, por si só, à antropologia dos desastres, na década seguinte suas ideias a respeito da adaptação socioambiental puderam ser consideradas após uma série de terremotos graves na Europa e América Latina, assim como tornados, secas e inundações que começam a estimular surgimento do desastre como um campo com especificidades. Enquanto um ressurgimento do interesse antropológico pelas adaptações culturais e socioambientais desponta na antropologia ambiental, na antropologia dos desastres surge um forte questionamento sobre o que haveria nestes de “natural”. A partir do final dos anos de 1970, o filósofo Anthony Oliver-Smith torna-se seu principal expoente definindo claramente um campo de estudos.

García Acosta ressalta que mais do que diferenças disciplinares, a antropologia dos desastres se constitui por uma mudança de paradigma que deixa de atribuir ao desastre apenas os fatores externos (como o natural), para buscar neles fatores internos, como a crescente vulnerabilidade social que situa determinados grupos em posições de risco: “o desastre é o encontro de determinada ameaça com uma população em condições de risco” (García Acosta, 2004, p. 129). Para essa autora, especificamente, os estudos de longa duração braudelianos e

55 UFPA.

56 Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Instituto do Mar.

57 Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres/Universidade Federal de São Carlos (Neped/UFSCar).

58 No original: “Anthropological research defines a disaster as a socionatural process involving the combination of a potentially destructive agent from a natural and/or technological environment and a population in a socially and economically produced condition of vulnerability, in which risks have been constructed on a social basis”.

59 Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social (Ciesas).

60 Em uma honrosa e curiosa exceção latino-americana, o antropólogo cubano Fernando Ortiz publica *El huracán: su mitología y sus símbolos* (1947), que explora “a mitologia e o simbolismo” associados ao tornado na ilha.

a antropologia histórica são fundamentais para que os processos de construção do risco e das condições de vulnerabilidade sejam compreendidos como processos de acumulação gradual e complexa na inter-relação com ameaças naturais, o que dificilmente seria percebido por abordagens sincrônicas estruturalistas.

Como um bom exemplo desse procedimento, temos o alerta de que não devemos confundir risco e vulnerabilidade, visto que, apesar de imbricados, não são a mesma coisa. Enquanto a vulnerabilidade é socialmente construída e se refere à relação entre pessoas e o ambiente, o risco é desigualmente distribuído (Oliver-Smith, 2015 *apud* García Acosta, 2018a, p. 228).

Mesmo que a aplicabilidade dessa perspectiva a desastres provocados por rompimentos de barragens de mineração ou vazamentos radioativos seja praticamente direta, os autores ressaltam que na esfera dos discursos políticos a ideia de que desastres sejam resultados de acidentes, de ameaças naturais ou de atos divinos continua propalada, não importa quanto a ciência indique que os níveis de risco e vulnerabilidade são socialmente construídos. Para Oliver-Smith, quanto maior a tecnologia de previsibilidade e identificação de riscos, menor o investimento em prevenção, e maior aquele a favor da mitigação/resposta. Essa dinâmica acaba engendrando mais desastres e mais manipulações discursivas na esfera política, como uma forma de se encobrir interesses econômicos por

trás de determinadas escolhas. Como tais condições são decorrentes de relações de poder internos à sociedade, na medida em que são “socialmente organizados, culturalmente aprovados, economicamente materializados e política e legalmente reforçados” (García Acosta, 2018a, p. 4, tradução livre da autora), transformam-se em um sistema que apresenta uma regularidade padronizada.

Esse padrão sistêmico permite que pesquisadores utilizem modelagens para prever um aumento na quantidade de desastres derivados tanto de forças naturais quanto de complexos tecnológicos, e o autor recomenda que se atente para os desastres de porte médio e pequeno, que constituem parte do mesmo sistema. Oliver-Smith e colaboradores indicam que “um conjunto de processos sociais e econômicos similares em todo o mundo” produz uma espécie de “epidemia” de desastres, cuja causa está sempre relacionada com um modelo de desenvolvimento econômico que privilegia o crescimento sobre a sustentabilidade ambiental (Oliver-Smith *et al.*, 2017).

Essa visão aproxima-se do enfoque da socióloga Norma Valencio.⁶¹ Essa autora, com intensa produção nacional e internacional na área,⁶² coordena, com Juliano Gonçalves, o grupo de pesquisas Neped, no qual dirige projetos de pesquisa como “Crise, criatividade e transformação: identificação das dinâmicas de agravamento e de enfrentamento de desastres através da abordagem de sistemas complexos” (2016, em andamento).⁶³

61 UFSCar.

62 “Vulnerability as social oppression: the traps of risk-prevention actions” (Valencio; Valencio, 2017) e “Considerações sociológicas acerca de desastres relacionados a barragens e a atual desproteção civil de comunidades ribeirinhas conviventes com o megaprojeto hídrico de Belo Monte” (Valencio 2017).

63 Além de “Dinâmica de desastres e conexões com outras crises: proposição de um quadro analítico orientado para o incremento de políticas de proteção civil e resiliência social” (2018, em andamento) e “Desastres no Brasil: uma análise socioespacial da vulnerabilidade institucional através da evolução da decretação municipal de situação de emergência (SE) e de estado de calamidade pública/ECP” (2012–2014), entre outros.

Para reagir a essa falta de “eficácia simbólica” das informações científicas sobre a sociedade e o senso comum que consiga provocar um efeito político, Oliver-Smith recomenda uma análise metacientífica e pesquisas que aumentem a clareza da visibilidade da construção social dos riscos. Recomenda fortemente investimentos na educação ambiental, para “alimentar os programas educacionais em todos os países e em todos os níveis (não apenas aqueles relacionados ao risco de desastres diretamente, mas também às oportunidades educacionais voltadas a áreas baseadas em desenvolvimento e meio ambiente)”, além de alimentar o senso comum com “mensagens-chave que possam remodelar valores, percepções e comportamentos” (Oliver-Smith *et al.*, 2017, p. 100).

Nesse sentido, uma interlocução interessante se dá com o antropólogo Renzo Taddei, com inserção nos estudos sociotécnicos,⁶⁴ que publica, por exemplo, “O lugar do saber local (sobre ambiente e desastres)” (2015); “Sobre a invisibilidade dos desastres na antropologia brasileira” (2014); e “Os desastres em uma perspectiva antropológica” (2016).⁶⁵

Finalmente, Oliver-Smith ressalta que a identificação da construção de riscos que produz desastres se dá mediante estudo dos “objetivos conflitantes dentro das estruturas dos sistemas socioculturais” (Oliver-Smith *et al.*, 2017, p. 102). Se o risco deriva da acumulação da vulnerabilidade associada ao perigo, sua identificação serve como um “sinal de alerta”

de situações que são sistêmicas e presentes em diversos lugares, de forma interligada.

Por trás de cada grande desastre, um grande projeto de desenvolvimento

Retomamos, à guisa de conclusão, a trajetória de Zhouri como uma metáfora da aproximação entre a antropologia ambiental brasileira, por meio de seus recortes diferenciados, com a antropologia dos desastres. O momento do rompimento da Barragem do Fundão, com a imediata morte de dezenove pessoas, assalta a nossa personagem com toda a sua bagagem de pesquisadora, trazendo-a diretamente para dentro da temática⁶⁶ dos desastres, com toda a sua rede de autores e temáticas associadas.

Se a “antropologia do meio ambiente” se realizou por meio de estudos de conhecimentos locais sobre o manejo da biodiversidade ou por meio das análises dos efeitos das políticas de Estado sobre território e comunidades, os autores da temática dos desastres indicam que o “*biggest culprit*” (o maior culpado) por trás dos desastres costuma ser um modelo de desenvolvimento que não só orienta, empodera e estabelece condições de risco e vulnerabilidade, mas também — de forma importante — permite, propicia e viabiliza sua *complexificação*.

Quando Zhouri e colegas se referem à interligação entre plantio de eucalipto, barragens, estradas e linhões de energia com a instalação da atividade mineradora, revelam

64 Unifesp/Baixada Santista e Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS/Unifesp).

65 Esse autor coordena o projeto de pesquisa “Climate Services Through Knowledge Co-Production: a Euro-South American Initiative for Strengthening Societal Adaptation Response to Extreme Events” (2016, em andamento), além de dirigir o Laboratório de Pesquisas em Interações Sociotecnicoambientais (Lista).

66 Publica “O desastre da Samarco e a política das afetações: classificações e ações que produzem o sofrimento social” (2016b) e “O desastre da Samarco em Mariana: colonialidade e sofrimento social” (Zhouri *et al.*, 2016), um dos capítulos do livro *Mineração na América do Sul: neoextrativismo e lutas territoriais* (Zhouri; Bolados; Castro, 2016).

o sistema de riscos em criação. Os autores chegaram a tal conclusão por meio de um conjunto de etnografias locais e de trabalhos autorais coletivos. Não há dúvidas de que a etnografia local — tão importante para a compreensão dos efeitos do desenvolvimento e da relação com o meio biofísico — é o principal instrumento da identificação da construção de riscos propalada por Oliver-Smith. No entanto, fica claro que a precisão da definição do campo da antropologia dos desastres indicada na abertura deste artigo denota não apenas o amadurecimento de determinado campo da antropologia ao longo de um percurso no sentido do “trabalho normal” de Kuhn, mas pelo objeto (desastres) que se apresentou de forma unívoca, inicialmente, enquanto a crise ambiental se apresentava à antropologia brasileira como uma questão geral e, por isso, necessariamente recortada.

García Acosta mostra como três abordagens que poderiam ser consideradas antagônicas em outra situação — a crítica (do conflito), a dos sistemas que tende à harmonia e a ecologia política — convivem, na análise metodológica dos desastres, sendo todas necessárias para que se identifiquem as inequidades da distribuição ou o risco. Enquanto a teoria dos conflitos identifica problemas que Zhouri chamaria “de distribuição”, a análise de sistemas examina a inter-relação entre as partes de um todo complexo (ecológico), na qual o aporte da ecologia política revela, como nos

disse Little, quais são os sistemas de produção e os interesses econômicos em jogo.

Existe uma clara aproximação entre a antropologia dos desastres e o recorte do desenvolvimento na antropologia ambiental, tanto pela visão de conjunto quanto pelo entendimento da ordem discursiva enquanto condição de possibilidade das situações etnográficas em estudo. Mas se a antropologia do meio ambiente precisou desdobrar-se para reenquadrar seus temas de pesquisa diante de questões multifacetadas, os estudos dos desastres, mesmo com as imbricadas interfaces com os outros campos do conhecimento, seguiram um percurso conceitualmente menos angustiado nesse sentido. O encontro que se deu em tempos mais recentes sob a égide de uma nova fase do capitalismo mundial, na qual o gigantismo dos consórcios provoca consequências globais e locais tão perigosas, parecia predestinado, e a trajetória de Zhouri aqui descrita representa suas condições.

Diante das exigências que o problema de estudo apresenta a seus praticantes, podemos dizer que ambas se resolvem na ecologia política da maneira como fora proposta por Little ainda em 2006: enquanto procedimento metodológico para a etnografia do conflito, cujo foco se deverá voltar tanto para as relações sociais quanto para as naturais ou socioambientais; por meio de uma contextualização; e de forma processual, identificando a dinâmica interna dos processos, ao mesmo tempo em que acompanha seus fluxos.

Bibliografia

ACSELRAD, H. (org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004.

ALMEIDA, A. W. B. Terras tradicionalmente ocupadas processos de territorialização e movimentos sociais. **Revista Brasileira Estudos Urbanos e Regionais**, v. 6, n. 1, p. 9-32, maio 2004. <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2004v6n1p9>

- ALMEIDA, A. W. B. **Antropologia dos Archivos da Amazônia**. Rio de Janeiro: Casa 8; Fundação Universidade do Amazonas, 2008a.
- ALMEIDA, A. W. B. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. 2. ed. Manaus: PGSCA/UFAM, 2008b.
- ALMEIDA, M. W. B. Dilemas da razão prática: simbolismo, tecnologia e ecologia na Floresta Amazônica. **Anuário Antropológico**, Editora Universidade de Brasília, Tempo Brasileiro, p. 213-226, 1986.
- ALMEIDA, M. W. B. As colocações como forma social, sistema tecnológico e unidade de recursos naturais. **Terra Indígena**, ano VII, n. 54, p. 213-226, 1990. <http://dx.doi.org/10.5433/2176-6665.2012v17n1p121>
- ALMEIDA, M. W. B. The management of conservation areas by traditional populations: the Case of the Upper Jurua Extractive Reserve. *In*: REDFORD, K. H.; MANSOUR, J. A. (eds.). **Traditional peoples and biodiversity conservation in large tropical landscapes**. Arlington (VA): America Verde Publications; The Nature Conservancy, 1996. p. 137-157.
- ALMEIDA, M. W. B.; CARNEIRO DA CUNHA, M. Global environmental changes and traditional populations. *In*: HOGAN, D.; TOLMASQUIM, M. T. (eds.). **Human dimensions of global environmental changes: Brazilian perspectives**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Ciência, 2001. p. 79-98.
- ARÁOZ, H. M. Auge minero y dominación neocolonial en América Latina. Ecología política de las transformaciones socioterritoriales neoliberales. *In*: CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGÍA E VIII JORNADAS DE SOCIOLOGÍA DE LA UNIVERSIDAD DE BUENOS AIRES, 27., 2009, Buenos Aires. **Anais [...]**. Buenos Aires: Asociación Latinoamericana de Sociología, 2009, p. 1-16.
- BAINES, S. G. A **Usina Hidrelétrica de Balbina e o deslocamento compulsório dos Waimiri-Atroari**. Brasília, DF: UnB, 1994. p. 1-15 (Série Antropologia, 166). Disponível em: <http://dan.unb.br/images/doc/Serie166empdf.pdf>. Acesso em: 1 maio 2020.
- BAINES, S. G. A Uma tradição indígena no contexto de grandes projetos: os Waimiri-Atroari. **Anuário Antropológico**, v. 21, n. 1, p. 67-81, 1997. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6660>. Acesso em: 14 maio 2020.
- BARRETTO FILHO, H. T. **Da nação ao planeta através da natureza: uma tentativa de abordagem antropológica das unidades de conservação na Amazônia**. Brasília, DF: UnB, 1997. (Série Antropologia, 222).
- BARRETTO FILHO, H. T. A história da conservação da natureza no Brasil como uma peleja moral. *In*: URBAN, T. (coord.). **Saudade do Matão: lembrando a história do conservacionismo no Brasil**. Curitiba: UFPR, 1998. p. 279-284.
- BARRETTO FILHO, H. T. Utopias tecnológicas, distopias ecológicas e contrapontos românticos: “populações tradicionais” e áreas protegidas nos trópicos. **Sexta-Feira**, v. 6, p. 139-152, 2001.
- BARRETTO FILHO, H. T. Natureza. *In*: SOUZA LIMA, A. C. (coord.). **Antropologia e direito: temas antropológicos para estudos jurídicos**. Brasília, DF; Rio de Janeiro; Blumenau: Associação Brasileira de Antropologia; LACED; Nova Letra, 2012a. p. 103-109.
- BARRETTO FILHO, H. T. Meio ambiente. *In*: SOUZA LIMA, A. C. (coord.). **Antropologia e direito: temas antropológicos para estudos jurídicos**. Brasília, DF; Rio de Janeiro; Blumenau: Associação Brasileira de Antropologia; LACED; Nova Letra, 2012b. p. 346-355.
- BATESON, G. **Steps to an ecology of mind**. New York: Ballantine, 1972.
- BERMANN, C. **Energia no Brasil: para quê? Para quem? Crise e alternativas para um país sustentável**. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2002.

- BERMANN, C. **As novas energias no Brasil: dilemas da inclusão social e programas de governo**. Rio de Janeiro: Editora FASE, 2007a.
- BERMANN, C. Analysis and perspectives of the government programs to promote the renewable electricity generation in Brazil. **Energy Policy**, v. 35, n. 5, p. 2.989-2.994, 2007b.
- BERMANN, C. Crise ambiental e as energias renováveis. **Revista Ciência e Cultura**, v. 50, n. 3, p. 20-29, set. 2008.
- BRASIL. **Projeto de Lei nº 2.057, 23 de outubro de 1991**. Dispõe sobre o Estatuto das Sociedades Indígenas. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1991. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=17569>. Acesso em: 8 maio 2020.
- BRASIL. Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. **Relatório final**. Comissão Especial “Atingidos por Barragens”. Resoluções nºs 26/06, 31/06, 01/07, 02/07, 05/07. Brasília, DF: CDDPH, 2012.
- CARNEIRO DA CUNHA, M.; ALMEIDA, M. W. B. Indigenous people, traditional people and conservation in the Amazon. **Daedalus – Journal of the American Academy of Arts and Sciences**, v. 129, n. 2, p. 315-338, 2000.
- CARNEIRO DA CUNHA, M.; ALMEIDA, M. W. B. (orgs.). **Enciclopédia da floresta: o Alto Juruá – práticas e conhecimentos das populações**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- CARVALHO, I. **A invenção ecológica: narrativas e trajetórias da educação ambiental**. Porto Alegre: Editora da UFRGS; São Paulo: Cortez, 2001.
- CARVALHO, M. B. **Articulações para o desenvolvimento da floresta: populações locais e políticas públicas em torno da natureza na microrregião de Cruzeiro do Sul – Acre**. 2013. Tese (Doutorado em Antropologia Social) — Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.
- CASTRO, E. M. R. Resistência dos atingidos pela Barragem de Tucuruí e construção de entidades. **Cadernos Naea**, n. 10, p. 41-70, 1989. Na trilha dos grandes projetos: modernização e conflito na Amazônia.
- CONGRESSO INTERNACIONAL DE ETNOBIOLOGIA, 1., 1988, Belém. **Declaração de Belém**. Belém: MPEG, jul. 1988.
- CROSBY, A. W. **Imperialismo ecológico: a expansão biológica da Europa 900-1900**. Tradução de José Augusto Ribeiro e Carlos Afonso Malferrari. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- DALGALARROTO, P. **Natureza e cultura na definição e delimitação do humano: debates e disputas entre antropologia e biologia**. 2013. Tese (Doutorado em Antropologia Social) — Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.
- DIEGUES, A. C. S. **Etnoconservação: novos rumos para a conservação da natureza**. 1. ed. São Paulo: Hucitec; Nupaub/USP, 2000.
- DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. 6. ed. São Paulo: Hucitec; Nupaub/USP, 2008.
- ETHNOGRAPHIES OF MEGAPROJECTS, SOCIAL AND POLITICAL WORLDS OF LARGE SCALE INFRASTRUCTURES**. Sweden: Stockholm University, Sept. 12-13, 2019.
- GARCÍA ACOSTA, V. La perspectiva histórica en la antropología del riesgo y del desastre. Acercamientos metodológicos. **Relaciones – Estudios de Historia y Sociedad**, v. 25, n. 97, p. 123-142, 2004.
- GARCÍA ACOSTA, V. Vulnerabilidade y riesgo. In: ROCHA, M. G., SARAVI, G. **Vulnerabilidad y pobreza: debates y estudios contemporáneos en México**. Ciudad de México: Centro de Investigación y Estudios em Antropología Social, 2018a. p. 212-239.

- GARCÍA ACOSTA, V. **Disasters, Anthropology of**. In: THE INTERNATIONAL ENCYCLOPEDIA OF ANTHROPOLOGY. Hoboken, NJ: John Wiley & Sons, 2018b. <https://doi.org/10.1002/9781118924396.wbieal763>
- GOODMAN, A. H.; LEATHERMAN, T. L. (eds.). **Building a new biocultural synthesis: political-economic perspectives on human biology**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1998.
- HOLLING, C. S.; SANDERSON, S. Dynamics of (dis)harmony in ecological and social systems. In: HANNA, S. S.; FOLKE, C.; MÄLER, K. (eds.). **Rights to nature**. Washington: Island Press, 1996. p. 57-85.
- INGOLD, T. **The appropriation of nature: essays in human ecology and social relations**. Iowa: University of Iowa Press, 1987.
- INGOLD, T. **The perception of the environment: essays in livelihood, dwelling and skill**. London: Routledge, 2000.
- LAW, J. Technology and heterogeneous engineering: the case of Portuguese expansion. In: BIJKER, W. E.; HUGHES, T. P.; PINCH, T. (eds.). **The social construction of technological systems**. Cambridge: MIT Press, 1987. p. 111-134.
- LEITE LOPES, J. S. Sobre processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas da participação. **Horizontes Antropológicos**, ano 12, n. 25, p. 31-64, jan./jun. 2006. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832006000100003>
- LITTLE, P. E. Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico. **Horizontes Antropológicos**, v. 12, n. 25, p. 85-103, 2006. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832006000100005>
- LITTLE, P. E. Territórios sociais e povos tradicionais do Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Anuário Antropológico**, v. 28, n. 1, p. 251-290, 2018.
- MURA, F. **À procura do “bom viver”**: território, tradição de conhecimento e ecologia doméstica entre os Kaiowa. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia, 2019.
- OLIVEIRA, J. P. Redimensionando a questão indígena no Brasil: uma etnografia das terras indígenas. In: OLIVEIRA, J. P. (org.). **Indigenismo e territorialização**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998. p. 15-42.
- OLIVEIRA, R.; ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. A supressão da vazante e o início do vazio: água e “insegurança administrada” no Vale do Jequitinhonha – MG. **Anuário Antropológico**, v. 2, p. 23-53, 2010.
- OLIVER-SMITH, A. Hazards and disaster research in contemporary anthropology. In: WRIGHT, J. D. **International Encyclopedia of the Social and Behavioral Sciences**. 2. ed. Amsterdam: Elsevier, 2015. p. 546-553.
- OLIVER-SMITH, A.; ALCÁNTARA-AYALA, I.; BURTON, I.; LAVELL, A. A construção social do risco de desastres: buscando as causas de fundo. In: MARCHEZINI, V.; WISNER, B.; LONDE, L. R.; SAITO, S. M. (orgs.). **Redução de vulnerabilidade ao desastre: do conhecimento à ação**. São Carlos: Rima, 2017. p. 97-114. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/324135848_A_construcao_social_do_risco_de_desastres_buscando_as_causas_de_fundo. Acesso em: 25 mar. 2019.
- ORTIZ, F. **El huracán su mitología y sus símbolos**. 1. ed. Ciudad Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1947.
- PÁDUA, J. A. Espaço público, interesses privados y política ambiental. **Nueva Sociedad**, n. 122, p. 156-163, nov./dic. 1992.
- PEET, R.; HARTWICK, E. **Theories of development**. London: Guilford Press, 1999.
- PRADO, R. M. Viagem pelo conceito de populações tradicionais, com aspas. In: STEIL, C. A.; CARVALHO, I. C. M. (orgs.). **Cultura, percepções e ambiente: diálogo com Tim Ingold**. São Paulo: Terceiro Nome, 2012. p. 73-187.

- RIBEIRO, G. L. Quanto mas grande mejor? Proyectos de gran escala, una forma de produccion vinculada a la expansion de sistemas economicos. **Desarrollo Economico**, n. 105, p. 3-27, 1987.
- RIBEIRO, G. L. Ambientalismo e desenvolvimento sustentado: ideologia e utopia no final do seculo XX. **Ciência da Informação**, v. 21, n.1, p. 23-31, 1992a.
- RIBEIRO, G. L. Bichos-de-obra. Fragmentação e reconstrução de identidades. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 18, p. 30-40, 1992b.
- SANT'ANNA, R. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação**: reflexões antropológicas sobre a elaboração de uma lei ambiental. 2003. Dissertação (Mestrado em Sociologia) — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.
- SCHRÖEDER, P. A antropologia do desenvolvimento: é possível falar de uma subdisciplina verdadeira? **Revista de Antropologia**, v. 40, n. 2, p. 83-100, 1997. <https://doi.org/10.1590/S0034-77011997000200003>
- SCHRÖEDER, P. Os desafios para uma antropologia do desenvolvimento no cenário atual. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 29., 2014, Natal. **Anais [...]**. Natal: RBA, 2014. p. 1.531.
- SCOTT, P. **Negociações e resistências persistentes**: agricultores e a barragem de Itaparica num contexto de descaso planejado. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2009.
- SIGAUD, L. Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos: as barragens de Sobradinho e Machadinho. In: ROSA, L. P.; SIGAUD, L.; MIELNIK, O. (orgs.). **Impactos de grandes projetos hidrelétricos e nucleares**. Aspectos econômicos, tecnológicos, sociais e ambientais. São Paulo: Marco Zero, 1986. p. 83-166.
- SIGAUD, L. O efeito das tecnologias sobre as comunidades rurais: o caso das grandes barragens. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 7, n. 18, 18-40, 1992.
- SOUZA LIMA, A. C. Dossiê Fazendo Estado. O estudo antropológico das ações governamentais como parte dos processos de formação estatal. **Revista de Antropologia**, v. 55, n. 2, p. 559-564, 2012a.
- SOUZA LIMA, A. C. **Antropologia e direito**: temas antropológicos para estudos jurídicos. 1. ed. Rio de Janeiro: Brasília: Contra Capa, 2012b.
- SOUZA LIMA, A. C.; BARRETTO FILHO, H. T. (orgs.). **Antropologia e identificação**: os antropólogos e a identificação de terras indígenas no Brasil, 1977–2002. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2005.
- STEIL, C.; CARVALHO, I. (orgs.). **Cultura e ambiente**: diálogo com Tim Ingold. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2012.
- TADDEI, R. Sobre a invisibilidade dos desastres na antropologia brasileira. **Waterlat-Gobacit Network Working Papers**, v. 2, p. 20-30, 2014.
- TADDEI, R. O lugar do saber local (sobre ambiente e desastres). In: SIQUEIRA, A.; VALENCIO, N.; SIENA, M.; MALAGOLI, M. A. (orgs.). **Riscos de desastres relacionados à água**: aplicabilidade de bases conceituais das ciências humanas e sociais para a análise de casos concretos. 1. ed. São Paulo: Rima, 2015. p. 311-327.
- TADDEI, R. Os desastres em uma perspectiva antropológica. **Com Ciência**, v. 176, p. 1, 2016.
- UNEP — United Nations Environment Programme. **Declaration of the United Nations Conference on the Human Environment**. Stockholm: Unep, 1972.
- VALENCIO, N. Considerações sociológicas acerca de desastres relacionados a barragens e a atual desproteção civil de comunidades ribeirinhas conviventes com o megaprojeto hídrico de Belo Monte. In: MAGALHÃES, S. B.; CUNHA, M. C. (orgs.). **A expulsão de ribeirinhos em Belo Monte**. Relatório da SBPC. 1. ed. São Paulo: SBPC, 2017. p. 167-202.

- VALENCIO, N.; VALENCIO, A. Vulnerability as social oppression: the traps of risk-prevention actions. *In*: MARCHEZINI, V.; WISNER, B.; LONDE, L.; SAITO, S. (orgs.). **Reduction of vulnerability to disasters: from knowledge to action**. 1. ed. São Carlos: Rima Editora, 2017. p. 115-141.
- WADDINGTON, M. A antropologia do desenvolvimento e meio ambiente no Piauí: a busca por um arcabouço teórico e metodológico. *In*: REUNIÃO EQUATORIAL DE ANTROPOLOGIA, 4., 2013; REUNIÃO DE ANTROPÓLOGOS DO NORTE E NORDESTE, 13., 2013, Fortaleza. **Anais** [...]. Fortaleza: REA; Abanne, 2013.
- ZHOURI, A. **Tempos de forja e de Gesta**: um percurso acadêmico por entre ambiente, cultura e poder. Belo Horizonte: UFMG, 2016a. Memorial elaborado como requisito para a designação de Professora Titular da Carreira do Magistério Superior da UFMG.
- ZHOURI, A. O desastre da Samarco e a política das afetações: classificações e ações que produzem o sofrimento social. **Ciência e Cultura**, v. 68, n. 3, p. 36-40, jul. 2016b. <http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602016000300012>
- ZHOURI, A.; BOLADOS, P.; CASTRO, E. M. R. (orgs.). **Mineração na América do Sul**: neoextrativismo e lutas territoriais. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2016.
- ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. (orgs.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010. v. 1.
- ZHOURI, A.; VALENCIO, N.; OLIVEIRA, R.; ZUCARELLI, M.; LASCHEFSKI, K.; SANTOS, A. F. M. O desastre da Samarco em Mariana: colonialidade e sofrimento social. *In*: ZHOURI, A.; BOLADOS, P.; CASTRO, E. (orgs.). **Mineração na América do Sul**: neoextrativismo e lutas territoriais. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2016. p. 45-66.

Resumo

O encontro das antropologias do meio ambiente e dos desastres no Brasil

Pensar a antropologia do meio ambiente abre um leque tão vasto de possibilidades quanto o restringe a referência ao campo bem definido da antropologia dos desastres, com especificidades teóricas precisas e proponentes claramente identificáveis. Isso se deve às reconfigurações discursivas, através de décadas de avanços conceituais, diante da “crise ecológica”. Traçaremos, neste artigo, os caminhos pelos quais a antropologia reagiu à complexidade do problema, criando subcampos da disciplina ou, em outros momentos, aprofundando a identidade própria e afinando seus instrumentos metodológicos, para se reafirmar como o estudo do confronto colonizador. Ao reenquadrar seus temas diante das novas formas com que o problema ecológico se apresenta, esse campo complexo se encontra, recentemente, com a antropologia dos desastres.

Palavras-chave: Antropologia; Meio ambiente; Desenvolvimento; Brasil; Desastres.

Abstract

When environmental and disasters' anthropologies meet in Brazil

Thinking about Environmental Anthropology opens up a wide scope of possibilities, while the well-defined field of the Anthropology of Disasters presents theoretical specificities and clearly identified proponents. This is due to the sequence of discursive reconfigurations over decades of conceptual breakthroughs in face of what is called the “ecological crisis”. This article traces the different paths by which anthropology reacted to the complexity of the issue, by either creating sub-fields or, at different times, deepening its identity and sharpening its methodological instruments, to reaffirm itself as the study of the colonial encounter and its confrontations. Reframing its objects in face of the new forms by which the problem presents itself, this complex field has recently met with the Anthropology of Disasters.

Keywords: Anthropology; Environment; Development; Brazil; Disasters.

Résumé

Les anthropologies environnementale et des désastres se rencontrent au Brésil

L'anthropologie de l'environnement peut être conçue soit comme un champ avec toute une gamme de possibilités, différenciant du champ bien défini de l'anthropologie des désastres avec ses spécificités théoriques et ses adeptes facilement identifiables. Cela s'explique par les changements dans le discours, au long de décennies de percées conceptuelles face à la “crise écologique”. Cet article décrit les différentes voies empruntées par l'anthropologie pour réagir à la complexité du problème, comme la subdivision de la discipline en plusieurs sous-champs ou, à d'autres moments, l'approfondissement de son identité particulière et le perfectionnement de ses instruments méthodologiques, à fin de se réaffirmer en tant qu'étude de la rencontre coloniale et ses conflits. À la suite du recadrage de ses objets face aux nouvelles formes sous lesquelles se présente le problème, un champ complexe s'est constitué, qui s'est récemment rapproché de l'anthropologie des désastres.

Mots clés: Anthropologie; Environnement; Développement; Brésil; Désastres.